

INCLUSÃO: O QUE É ISTO?

GILDASIO JOSÉ DOS SANTOS¹
DIVANALMI MAIA¹
MARCELO REBISNKI¹
SANDRA ANTUNES ROCHA HARTMANN¹
CASSIO HARTMANN²

(2) DOCENTE DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS/CÂMPUS MARAGOGI/BRASIL

cassiohartmann04@gmail.com

RESUMO

A partir de análise bibliográfica alicerçada na perspectiva psicanalítica, pode-se notar a repercussão da produção da escolarização nos sujeitos que necessitam de um cuidado e, muitas vezes, de uma produção de sentidos como marcas significativas desse processo, pelas dificuldades que os alunos com deficiência mental apresentam em seu desenvolvimento global, considera-se necessário oferecer-lhes um ambiente de aprendizagem que os ajude a abandonar essa postura passiva de receptores do conhecimento. Um ambiente, onde sejam valorizadas e estimuladas as suas criatividades e iniciativas, possibilitando-lhes uma maior interação com as pessoas e com o meio em que vivem, partindo não de suas limitações e dificuldades, mas da ênfase no potencial de desenvolvimento de cada um, confinado e apostando nas suas capacidades, aspirações, crescimento e integração na comunidade. Na escola inclusiva as crianças com transtornos globais de desenvolvimento "TGD's", deveriam receber o apoio extra, necessário, para assegurar-lhes uma educação efetiva. Logo as implicações escolares consistem no recolhimento da igualdade de valores e de direitos, e na consequente tomada de atitudes, em todos os níveis (político, governamental, social, comunitário, individual), que reflitam uma coerência entre o que se diz e o que se fala. A escola comum deve levar em consideração a revisão de suas práticas políticas pedagógicas, mudanças de concepções e ressignificar seu papel para realmente ser uma educação para todos, reconhecendo e valorizando a individualidade e necessidade de cada um.

Palavras Chaves: INCLUSÃO ESCOLAR; RESSIGNIFICAÇÃO DA ESCOLA COMUM; GRAVES TRANSTORNOS NO DESENVOLVIMENTO.

INTRODUÇÃO

A Escola comum diante da Deficiência Mental

Ao depararmos-nos com compêndios enriquecedores para nós profissionais da educação e, notadamente, voltados aos chamados "alunos de inclusão", tema este em revista por vários historiadores, educadores, profissionais da saúde, permitam-nos transcrever uma frase conhecida do século passado, embora ainda necessária para nossa reflexão: "**Sempre se ouvirão vozes em discordância, expressando oposição sem alternativas, descobrindo o errado e nunca o certo; encontrando a escuridão em toda parte e procurando exercer influência sem aceitar responsabilidades.**" JFK. Assim em junho de 1994, em Salamanca, Espanha, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que sustenta um acordo mundial sobre as medidas a serem tomadas para garantir a educação de todos. Até hoje existe uma grande polêmica em torno desse tema e encontram-se pelo mundo formas bastante diferentes de se entender a política de inclusão. Pacheco assim abordou: O movimento em direção à inclusão tem ganhado cada vez mais força desde a metade dos anos 1980 (Gaertner e Lipsky, 1987) e tem sido chamada de um dos principais movimentos reformistas na escola do século XX (Zoller ET AL. 1999). (Pacheco, 2007, p.15). Muitos são os problemas encontrados pelos professores, gestores e toda comunidade escolar na tentativa de tornar bem sucedida a Inclusão, com certa

expectativa em relação ao comportamento dos alunos. Pois bem, sabemos que é um caminho sem volta descrito em vários compêndios vygotskianos: *“É importante ter em mente aqui a premissa mais importante deste pensamento, ou seja, de que o desenvolvimento psicológico da criança tem como “carro chefe” sua vida social”* (Beyer, 2005, p.106).

UM POUCO DA HISTÓRIA

Examinando detalhadamente cada um dos elementos dos ensinamentos de Montam - Revista Inclusão, 2005 v1, nº1, p. 24 - com o título **“A HORA DA VIRADA**, *“sabemos da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza”*. Por isso, temos que recuperar o tempo perdido, arregaçar as mangas e promover uma reforma estrutural e organizacional em nossas escolas comuns e especiais. Ao conservadorismo dessas instituições precisamos responder com novas propostas, que demonstrem nossa capacidade de nos modernizarmos para pôr fim ao protecionismo, ao paternalismo e a todos os argumentos que pretendem justificar a nossa incapacidade de fazer jus ao que todo e qualquer aluno merece: *uma escola capaz de oferecer-lhe condições de aprender, na convivência com as diferenças garantindo-lhe entender o mundo e a si mesmo. {...}*”. No mesmo periódico (p.35 a 37), Glat e Fernandes asseveram sobre a Educação Segregada à Educação Inclusiva, fazendo uma exegese e breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira e admitem, apesar de inúmeras legislações de ordenamento constitucional que: *“ainda são poucas as pesquisas, experiências e práticas educativas, válidas cientificamente, que mostrem como fazer para incluir alunos com necessidades especiais no cotidiano de uma classe regular {...}*”.

Ademais, abordar a inclusão dos portadores de deficiência nas escolas regulares ou privadas no Brasil, diante da realidade educacional em que nos encontramos (“a passos curtos”), será preciso ir muito mais além, desde o preparo ou aprimoramento dos indivíduos envolvidos nesse processo, bem como os profissionais da educação. O cerne da proposta pedagógica é a formação da pessoa humana com valores, capaz de ter autonomia na aprendizagem. Quanto ao acolhimento sem distinção conforme exige à lei no País, Favaro ressalta:

“O que se persegue, especialmente na fase de Ensino Fundamental, é a formação humana e a preparação, inclusive emocional e cidadã, do aluno para prosseguir nos estudos. Não se descuida a matéria, mas esta deixa de ser o eixo principal da escola que a Constituição Brasileira de 1998 previu, adotando uma tendência mundial. As escolas que seguem essa tendência, modificando suas práticas pedagógicas, recebem com sucesso todos os alunos, inclusive os que têm algum tipo de deficiência inclusive mental”. (Fávero, 2004, p.20).

Ora, apesar de tantos ensinamentos e clamor dessa população, a escola do presente ainda caminha voltada ao passado, desde sua organização, gestão, educadores, comunidade. Assim vemos no caderno de estudos do Grupo Uniasselvi, Educação Especial sobre a Comissão de Warnock Londres 1978 que deu “apoio ao princípio da integração para os alunos com necessidades educacionais especiais”, alertando que já era o momento (desde 1978), “da escola se moldar para atender às necessidades de cada aluno”. Entretanto, não é isso que vemos acontecer, ainda persiste, apesar dos pesares, a segregação e a falta de acolhimento por parte de alguns educadores, talvez os chamados ou intitulados “tradicionais” e também da comunidade escolar, como fala de Werneck (2008) em entrevista concedida ao Portal Educacional, trazida a baila no mesmo caderno de estudos p. D6-36, onde esclarece o motivo pelo qual a deficiência é destacada quando falamos em inclusão escolar: *{...} tenho uma preocupação muito grande quando falo em escola. É uma instituição que todos nós, inclusive eu, ajudamos a construir e que tem de mudar, **não porque está boa para ninguém. Mas, no dia em que ela for boa para uma criança com deficiência, ela vai ser boa para todo mundo**, esse é o fim da linha {...}*. (negritos meu). Seguindo esta linha, deparamo-nos com a explanação de LIMA (2005 p.86/97): “Uma educação inclusiva implica a existência de uma

direção líder...., Diante desse desafio a equipe de gestão tem três opções, “**assumir, fingir assumir, ou assumir**”. Todavia, sem o apoio incondicional dos gestores, pedagogos, professores e funcionários estarão sempre pisando em “ovos”, daí ser “*sine qua non*” o trabalho em equipe ou rede. Debruçados no presente, passamos a rever nossos conceitos como professores para reafirmar a fé na existência da nossa profissão. Escrever ou acompanhar um aluno com distúrbio mental, com *TDAH* ou *OPOSITOR* por exemplo, remete-nos às pessoas com deficiências que foram ao longo da história da humanidade marginalizadas ou colocadas a sua própria sorte pela sociedade. Esse é um tema importante a ser discutido na construção de uma educação inclusiva. Vítimas históricas de discriminação, preconceitos e até de barbáries, crianças e jovens com necessidades especiais são vistos hoje como pessoas capazes de dar uma importante contribuição social e enriquecer as experiências dos que com eles convivem. É certo que ainda estamos engatinhando e a inclusão, como já descrita na fase anterior, está acontecendo “a meia boca, de qualquer jeito **“in every way”**”. Entretanto, nos dias atuais, a escola tem um papel fundamental para ajudar a incluir esses jovens na vida em sociedade. Houve tempos, porém, que ela própria segregava e discriminava aqueles que se mostravam diferentes. Foi longo o caminho até ingressar no espaço escolar a concepção de educação inclusiva, com vistas à ressignificar a prática educativa pelo reconhecimento da necessidade de atender indiscriminadamente a todos os alunos. Hoje o grande desafio é oferecer uma escola de qualidade para todos, que considere os alunos em sua diversidade e aproveite a riqueza que as diferenças podem trazer para construir um espaço não somente de aprendizagem de conteúdos curriculares, mas também de respeito e cidadania. Aduz MENDES FANTIN (2011) **“a educação se dá num contexto de relações entre pessoas e, tais relações são fatores decisivos no processo ensino aprendizagem, tanto para o sucesso, como para o fracasso”** (grifos e negritos meus). Nesse resgate histórico bem descrito por Fantin, os primeiros registros de que se tem notícia sobre atendimentos prestados às pessoas portadoras de quaisquer deficiências datam do século XVIII, porém encontram-se poucos registros sobre o tema no período anterior à Idade Média. Antes desse período era considerado normal praticar o infanticídio quando se observava alguma anormalidade nas crianças. Sabe-se que em Esparta cuja organização sociocultural era fundamentada em um ideal de homem forte e atlético. As crianças que apresentavam alguma deficiência eram consideradas subumanas, legitimando assim seu abandono ou eliminação. No caderno de estudos aprofundamo-nos na história dessa segregação de pessoas, trazendo a baila o seguinte questionamento: “quem eram então os excluídos, aqueles que precisavam ser respeitados em suas condições específicas, os bobos da corte? Porque a sociedade tinha dois grupos: os que dominavam e tinham o poder e os que produziam para essa nobreza da qual eram propriedade”. Aprofunda-se também desde a era Cristã na Igreja Primitiva, onde a história nos dá conta da reforma da Igreja por *MARTINHO LUTERO*, onde *todos passaram a serem considerados filhos de Deus, entretanto Lutero foi perseguido*. A sociedade tomou consciência da necessidade de prestar apoio às pessoas deficientes no final do século XVIII e início do século XIX. Era porém, um apoio com caráter assistencial, ou seja, oferecia-se a elas abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo, respaldados no discurso de que era preciso protegê-las. Sabe-se, contudo, que elas eram consideradas um perigo para a sociedade (Sasaki, 1997). Rodrigues (2003, p.14) aponta que “foi o movimento de escolarização universal, conhecido por “escola de massas”, que pôs em evidência o caráter elitista e classista da escola tradicional como instrumento a serviço da divulgação e da inculcação dos interesses e valores da classe dominante”. “Bautista Jiménez (1997, p. 24) esclarece que é a partir desse fenômeno que **“se aplica a divisão do trabalho à educação e nasce assim a pedagogia diferente, em educação especial institucionalizada, baseada nos níveis de capacidade intelectual e diagnosticada em termos de quociente intelectual”**. Não podemos esquecer que Binet cria um método ou instrumento para poder retirar da escola regular os mais fracos e atrasados. A isto, a sociedade começa enxergar a inclusão e o movimento de integração, (**entendo por exclusão social toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito**),

conforme a Declaração de SALAMANCA, 1994. Porém, integração e inclusão não são sinônimos, pois cada um desses termos se refere a posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. Integração e inclusão constituem movimentos em defesa dos interesses das pessoas que apresentam algumas deficiências. Porém, o primeiro é mais restrito, uma vez que responsabiliza unicamente a pessoa deficiente pela sua inserção ou não na sociedade e na escola; enquanto que o segundo divide essa responsabilidade com toda a comunidade. Sasaki (1997) assevera que *“o movimento de integração referia-se à inserção da pessoa com deficiência no contexto educativo, desde que estivesse capacitada para enfrentar os desafios acadêmicos cobrados. “Nessa perspectiva, considera-se que precisava ser tratada e curada para adaptar-se à sociedade e à escola”*. Portanto, defendia um movimento unilateral, em que o esforço era apenas da pessoa com deficiência. A escola e os professores bem como toda a comunidade não precisavam realizar nenhum movimento para receber esse aluno e, muitas vezes permaneciam como espectadores das respostas dele, com o intuito de criticá-lo e rotulá-lo, lembrando sempre que era oriundo de uma classe especial ou outro serviço de educação especial.

Stainback e Stainback (1999, p.44) esclarecem que: (...) o fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escola e a sociedade vão continuar caminhando rumo à prática cada vez mais inclusiva. Assim, a inclusão do aluno com deficiência mental (...) *“não é um desafio e o sucesso do seu tratamento requer uma parceria efetiva de competência entre profissionais da saúde, família e escola”*. Vou mais além, pois todos os profissionais da saúde e educação estão inseridos nesse contexto, a neurociência é uma realidade, saúde e educação caminhando juntos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fernando Pessoa” Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. “A Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas salas de aula regulares continua sendo um grande desafio. Se não ousarmos, como bem escreveu Fernando Pessoa, esse processo continuará a caminhar em marcha lenta. Embora tenhamos um quadro aparentemente positivo ao observar a interação entre alunos, todos nós professores ainda ficamos angustiados sem saber como atender os alunos com dificuldade de aprendizagem. Ficamos perdidos nos perguntando como adaptar as avaliações, as atividades e flexibilizar o currículo. Na maioria das vezes, apesar de concordarmos teoricamente com a inclusão, não acreditam nos alunos com desenvolvimento atípico. Isto é preocupante, assenta Coutinho (2011), pois esses educando têm dificuldades de acreditarem em si próprios e isso tem como consequência a desmotivação dos mesmos: *Do ponto de vista psicológico, pesquisa indicam que alunos com dificuldades de aprendizagem apresentam descrença distorcida quanto a própria capacidade de realizar tarefas escolares com sucesso (Chapman, 1989). Se, por um lado, essas percepções negativas soem gerar problemas motivacionais podem também ser visto como precursores de dificuldade de aprendizagem, visto que padrões motivacionais disfuncionais costumam estar presente até mesmo em alunos muito inteligentes.* (Boruchovitch, 2007, p.47).

Por derradeiro, estamos caminhando rumo a este passo importante para sociedade. Sugerimos que assistam ao filme **“Como estrela na terra, toda criança é especial”**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. Brasília: Procuradoria Federal do Cidadão, Segunda edição ver. Atual 2004.

HOFFMANN, J. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

INCLUSÃO, Revista da Educação Especial – Outubro/2005.

MENDES, Adriana Valeria Fantin. *TDAH, O Desafio da Inclusão*, PDE/GTR, SEED-PR, 2011.

PACHECO, Jose, **EGGERTSDÓTTIR**, Rosa e **MARNÓSSON**, Great L. *Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, Davi. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: Rodrigues, Davi (org.) **Perspectiva sobre a Inclusão**: da Educação e à Sociedade. Porto Editora, 2003.

SANTOS, Gildasio J. *A educação física cuida do corpo E MENTE...*, Federação Internacional de Educação Física – FIEP, 2011.

STAINBACK, WILLIAN. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.p.69-87

UNIASSELVI, Grupo, *Educação Especial Inclusiva*, 2012.

Rua Reinaldo Richter nº 155
BL 06 apto 31
Campo Comprido Curitiba/PR.
CEP: 81220-120